

Destaque Igualdade de género



RUI GONÇALVES
Apesar de mais qualificadas, as mulheres continuam a ser fortemente penalizadas

A digitalização da sociedade está a deixar as mulheres ainda mais para trás

Boletim estatístico da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género mostra persistência de desigualdades, embora alguns aspectos tenham melhorado

Patrícia Carvalho

Perto da viragem de mais um ano, não é ainda tempo de anunciar o fim das distinções que deixam as mulheres para trás em relação aos homens, no que diz respeito a vários campos do trabalho e da vida – são elas quem mais termina cursos superiores, mas continuam sub-representadas em cargos de poder e decisão; apesar de ter diminuído a distância salarial entre ambos, elas ainda ganham menos do que eles (16%, em 2022), mesmo quando têm as mesmas funções e anos de experiência. E com uma sociedade cada vez mais digitalizada, há um novo factor a contribuir para a discriminação das mulheres: elas são ainda uma minoria nos cursos e profissões mais ligadas a essa realidade cada vez mais presente e, por isso, correm o risco de serem ainda mais deixadas para trás.

O alerta está no boletim estatístico *Igualdade de Género em Portugal 2024*, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que traça o retrato de uma desigualdade persistente, embora com tendência a diminuir em vários campos. Na área da digitalização, contudo, as diferenças entre homens e mulheres ainda são muito elevadas, com clara vantagem para os primeiros. “A digitalização e as tecnologias de infor-

mação e comunicação estão não só a moldar o mundo em que vivemos como estão também a moldar o nosso futuro. Nas últimas décadas, as tecnologias digitais transformaram, e vão continuar a transformar radicalmente, o mundo do trabalho, com profundas consequências para trabalhadoras, trabalhadores, empresas, entidades reguladoras, etc”, refere-se no boletim, para avisar: “Um dos desafios desta mudança que se está a operar relaciona-se com o *gap* entre mulheres e homens na área digital, não só no nível do mercado de trabalho, mas também ao nível educacional, o que na prática se traduz em lacunas na inovação e no futuro de toda a economia digital e do conhecimento, já que a influência do sector digital é generalizada a todos os aspectos da vida.”

A confirmação desta discrepância está expressa em vários números que traduzem a realidade. Como aquele que nos diz que em 2021 (o ano mais recente analisado), em Portugal, as áreas das Ciências, Matemática e Informática, Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção representavam 28,1% dos diplomados entre os homens e apenas 17,2% entre as mulheres.

Ainda assim, a CIG também refere que, sendo esta discrepância comum na União Europeia dos 27 (UE27), em Portugal, desde 2015, que a proporção de mulheres diplomadas nestes cursos “é superior à média dos países da UE27”. De facto, os diplomados nestas áreas representam, na UE27, 28,9% dos homens e apenas 14,9% das mulheres, uma distância de 14 pontos percentuais, quando em Portugal essa separação não chega aos 11 pontos percentuais.

Olhando para as tecnologias de informação e comunicação (TIC), “imprescindíveis em todos os sectores da economia”, como se realça no boletim, a distância entre géneros é ainda maior: em cada dez diplomados nesta área, oito são homens e apenas duas pessoas são mulheres. Dados que, obviamente, têm reflexos no mercado de trabalho – em 2023, 80% das pessoas empregadas em TIC no país eram homens e apenas 20% eram mulheres. Ou seja, o que a CIG qualifica como “forte segregação das escolhas educacionais de rapazes e raparigas” carrega uma influência para a vida, tendo “um forte impacto na segregação

horizontal que se verifica ao nível do mercado do trabalho".

E isto pode contribuir para a discrepância salarial que continua a existir no país, entre homens e mulheres, estando em causa empregos mais bem remunerados, mas não é obviamente o único factor. Aliás, essa discrepância surge num contexto de vários dados divergentes. Exemplos? As mulheres são 58,9% de todas as pessoas que concluíram um curso superior no ano passado, mas constituem 76,2% dos trabalhadores não qualificados do país e são apenas 36,9% dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos.

Globalmente, ganham menos do que os homens em todas as áreas (em média, menos 160 a 235 euros), mas esta discrepância tem vindo a diminuir, sendo mais baixa entre as pessoas com menos anos de profissão, o que parece indicar que há uma tendência para menor desigualdade salarial entre os trabalhadores em início de carreira, embora ela ainda exista em desfavor da mulher. Por outro lado, também é verdade que, "quanto mais qualificadas são as mulheres, menos elas ganham em relação aos homens", relembrava-se no boletim, com a indicação de que essa discrepância é superior a 25% entre quadros superiores ou mais de 20% entre profissionais altamente qualificados (se se considerar o salário ganho, que inclui prémios e suplementos, e não apenas o salário-base), enquanto não vai além dos 8,5% entre os profissionais não qualificados.

A conclusão, a este nível, continua a ser desoladora: "As remunerações médias (base e ganha) são sempre superiores nos homens em todos os níveis de qualificação, em todos os níveis de habilitação, para todos os graus de antiguidade e em todos os grandes grupos profissionais."

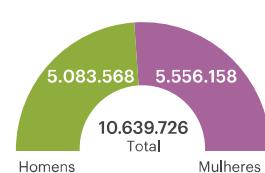
Ou seja, as mulheres, que constituem a maior parte da população do país (52,2%), e que têm maior esperança de vida do que os homens (83,7 anos, enquanto eles se ficam pelos 78,4), abandonando menos a escola e constituindo a maioria das pessoas que concluem um curso superior, continuam a ganhar menos, a ser menos representativas nos órgãos de poder e decisão, a ter menos expectativa de anos de vida saudável a partir dos 65 anos (7,3 anos para ela, e 8,6 para eles, uma tendência inversa à da UE27) e a enfrentar um maior risco de pobreza, com valores que chegam, para a população com 65 anos ou mais, a 19,3% das mulheres e 14,1% dos homens.

Quando se olha para a violência doméstica, as diferenças entre homens e mulheres são ainda mais avassaladoras: em 2023, houve mais de 30 mil ocorrências de violência doméstica e, em cada dez vítimas, sete eram mulheres. No outro lado

Igualdade de género em Portugal

População

Em 2023



Esperança de vida

Em 2023



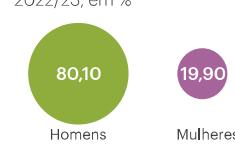
Nível de escolaridade

2023, em milhares



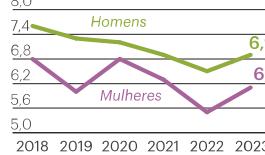
Proporção de diplomados no ensino superior em tecnologias de informação e comunicação

2022/23, em %



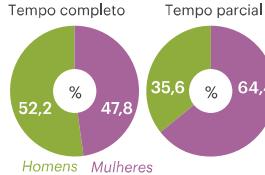
Evolução da taxa de desemprego de mulheres e homens

2023, em %



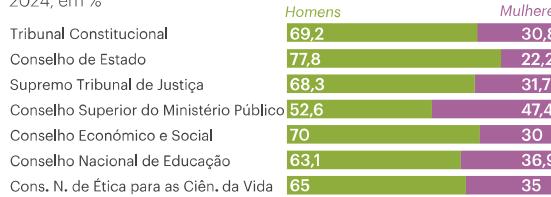
Proporção de mulheres e homens empregados a tempo completo e a tempo parcial

2023, em %



Representatividade de homens e mulheres em algumas instâncias de poder e tomada de decisão

2024, em %



Fonte: Igualdade de género em Portugal - Boletim estatístico 2024, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

da balança, entre os agressores denunciados, em cada dez, oito eram homens.

Já as condenações por violência doméstica continuam a ser "residuais", em relação ao número de ocorrências – foram apenas 4141 em

2023, um valor em linha com os últimos anos. Olhando para os casos concretos de homicídios conjugais, a CIG diz que houve 25 condenações por este crime em 2022, sendo 20 dos condenados homens (80%) e apenas cinco mulheres.

Tarefas domésticas e de cuidado

E se, de repente, as mulheres se recusassem a fazer o trabalho não pago? "O país parava"

Natália Faria

e dúvidas houvesse quanto à elevadíssima feminização do trabalho doméstico e de cuidados (aos filhos, idosos e dependentes), o novo boletim estatístico sobre igualdade de género em Portugal desafia-las num abrir e fechar de olhos: entre a população inactiva, a categoria de pessoas domésticas era em 97% representada por mulheres em 2023.

Sem surpresas, mesmo nos casos em que vivem com um cônjuge ou companheiro, continuam a ser elas quem assume o encargo de vestir os filhos pequenos (em 65% dos casos) ou verificar se estão apropriadamente vestidos, de os levar ao médico (55,6%) e à creche ou à escola, de controlar as horas de dormir e de ficar em casa quando estes adoecem (63,7%). Do mesmo modo, são maioritariamente as mulheres quem prepara as refeições (65%) e quem lava e cuida da roupa (77,8%), entre outras tarefas não pagas.

O que aconteceria se, de repente, deixassem de conciliar todo este trabalho não pago com a profissão e se recusassem a fazê-lo? "O país parava, a sociedade parava", responde, lapidar, Sandra Ribeiro, presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). "Estamos a falar de um trabalho que não acaba e, se tivesse expressão financeira, reconhecer-se-ia o quanto poupa o Estado, o quanto pouparam as famílias."

Não são contas difíceis de se fazer: no estudo intitulado "O valor do trabalho não pago de mulheres e homens - trabalho de cuidado e tarefas domésticas", financiado pelo mecanismo financeiro EEA Grants e desenvolvido, entre 2020 e 2022, por uma equipa do Cesis – Centro de Estudos para a Intervenção Social, calculava-se que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentaria quase 80 mil milhões de euros, se este trabalho fosse incluído.

O que os autores Heloísa Perista e Pedro Perista fizeram foi, a partir do ganho médio mensal dos portugueses, atribuir um valor monetário a um conjunto de tarefas, como ajudar uma pessoa acamada a comer ou a lavar-se, passar a roupa a ferro e cuidar dos filhos. E, tendo como referência 2019, ano em que o PIB era de 212,3 mil milhões de euros, segundo o INE, concluíram que a inclusão daquele

trabalho nas contas nacionais faria o PIB subir para cerca de 292 mil milhões de euros.

É dinheiro que as mulheres deixam de ganhar ou dão de graça", enfatiza Sandra Ribeiro, para quem é urgente fazer uma alteração no Código Civil capaz de assegurar que, aquando da separação ou divórcio, haja lugar ao pagamento de uma indemnização à pessoa que tenha assumido tais encargos. "É uma das recomendações de que vamos dar conhecimento à tutela, nomeadamente à ministra da Justiça", adiantou, para precisar que os cálculos que vierem a ser feitos deverão, nos termos da mesma recomendação, ter por base o salário médio e não o mínimo. "Um dia essa alteração vai ter de acontecer, sobretudo atendendo à nova economia do cuidado em que estamos a entrar, com o envelhecimento da população", preconiza.



São maioritariamente as mulheres quem prepara as refeições (65%) e lava e cuida da roupa (77,8%)

Em 2021, o Supremo Tribunal de Justiça condenou um homem ao pagamento de mais de 60 mil euros à ex-companheira pelo trabalho doméstico e de cuidado dos filhos que esta tinha desenvolvido ao longo dos quase 30 anos de união. "O outro lado tinha argumentado que tal trabalho correspondia ao seu dever natural, enquanto mulher e mãe, e esta decisão veio dizer que não existe tal dever", recorda Sandra Ribeiro.

Para a presidente da CIG, esta sentença veio "dar uma ideia do valor efectivo deste trabalho que é sempre altamente desconsiderado e secundarizado". O reconhecimento do seu valor no Código Civil contribuiria para "aliviar um bocadinho a situação de dependência económica e de potencial pobreza" que ameaça muitas mulheres, defende. "É uma forma de dar visibilidade a este género de trabalho, que hoje é considerado como zero e que, na verdade, vale milhões, inclusivamente para o Estado", insiste, para deixar uma outra recomendação: a criação de uma conta satélite do trabalho doméstico não pago "para se perceber qual é exactamente o seu valor".

Igualdade de género
A digitalização da sociedade
está a deixar as mulheres
ainda mais para trás

Destaque, 2/3